

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO (Do Deputado Fernando Ferro e outros)

Requer o comparecimento do Ministro de Minas e Energia, do presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica, da Secretária de Saneamento e Energia, do Estado de São Paulo, e do Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, sejam convidados para prestar esclarecimentos sobre o processo de privatização da Companhia Energética de São Paulo (CESP), o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica, Jerson Kelmann, a Secretária de Saneamento e Energia do Governo do Estado de São Paulo, Dilma Seli Pena, e o presidente da Federação Nacional dos Engenheiros, Murilo Celso de Campos Pinheiro.

JUSTIFICAÇÃO

O governador José Serra retomou o processo de privatização das empresas estatais, iniciado em 1990 e escolheu a Centrais Energéticas do Estado de São Paulo (CESP) a primeira a ir a leilão, no dia 26 deste mês. A CESP é a maior empresa de energia do Estado de São Paulo e a terceira maior do País, responsável por cerca de 60% de toda a energia gerada no Estado.

Na primeira investida do governo paulista para privatização, no início dos anos 90, a companhia foi dividida em seis outras empresas: Elektro, CESP Tietê, CESP Paranapanema, Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEB) e CESP. A Elektro foi vendida para a Enron, a CESP Paranapanema para a Duke Energy, a CESP Tietê para a AES, todas as compradoras norte-americanas, e a CTEEP, à colombiana, Interconexión Eléctrica (ISA).

Para tornar as empresas a serem vendidas mais atraentes para as



compradores, todas as dívidas foram repassadas à CESP, um total de R\$ 14 bilhões, e as demais empresas foram leiloadas. Das seis usinas pertencentes à CESP, quatro já estão com suas dívidas totalmente pagas. Em 2007, o governo investiu R\$ 7 bilhões na repotencialização de turbinas de diversas usinas, para ampliar a produção de energia em 1.500 MW.

Vale destacar que as regras adotadas pelo governo José Serra, para privatização, são semelhantes às do governo Fernando Henrique Cardoso, quando este vendeu as empresas estatais da União. Ou seja, as empresas são saneadas com dinheiro público, as ações em seguida caem nas bolsas, e os compradores são beneficiados com a aquisição de empresas estatais em condições especiais.

Estão interessadas na compra da CESP, as empresas Suez/Tractbel, Neoenergia/Iberdrola, a CPFL, a EDP e a Alcoa. A companhia opera seis usinas, das quais três têm problemas: a concessão da usina de Porto Primavera vence no final de maio deste ano, a de Três Irmãos, em 2011, e a de Jupia, em 2015.

Tendo em vista indícios de irregularidade no processo de privatização, a Bancada do PT, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, entrou com uma ação popular na Vara da Fazenda Pública, contra a decisão do governo José Serra, com pedido de liminar para suspensão do leilão da companhia. A lei 9.361/96, de São Paulo, proíbe a participação de empresas estatais estaduais no leilão, isto é, a CESP só poderá ser comprada por empresas privadas. A lei restringe o número de empresas que podem disputar a CESP, discrimina a empresa estadual e cerceia a atuação das entidades estaduais.

Por outro lado, o Governo Federal recebeu, recentemente, o governador José Serra, que lhe solicitou prorrogação da concessão da usina hidrelétrica de Porto Primavera, da CESP, por mais de vinte anos, a contar da data, 19 de maio de 2008. O Ministério de Minas e Energia editou a portaria de prorrogação.

O Governo Federal está discutindo uma solução abrangente para as concessões das usinas do setor elétrico como um todo. O Ministro Edison Lobão declarou ao jornal O Globo que as empresas do grupo Eletrobrás não participarão do leilão de venda da CESP, decisão equivalente à do governo paulista. A Agência Nacional de Energia Elétrica recomendou a renovação da concessão.

Portanto, levando em consideração a relevância e as informações sobre o processo de privatização da CESP, que não diz respeito apenas ao Estado de São Paulo, mas também à União, que detém o poder de concessão para o funcionamento das usinas, vimos solicitar a Vossa Excelência submeter a votação o presente requerimento e a promoção de audiência pública para debater o processo de privatização da Companhia Energética do Estado de São Paulo. Aos prezados



parlamentares desta Comissão pedimos apoio ao requerimento.

Sala das sessões, 26 de março de 2008

Deputado Fernando Ferro, PT/PE

Deputado Paulo Teixeira, PT/SP

